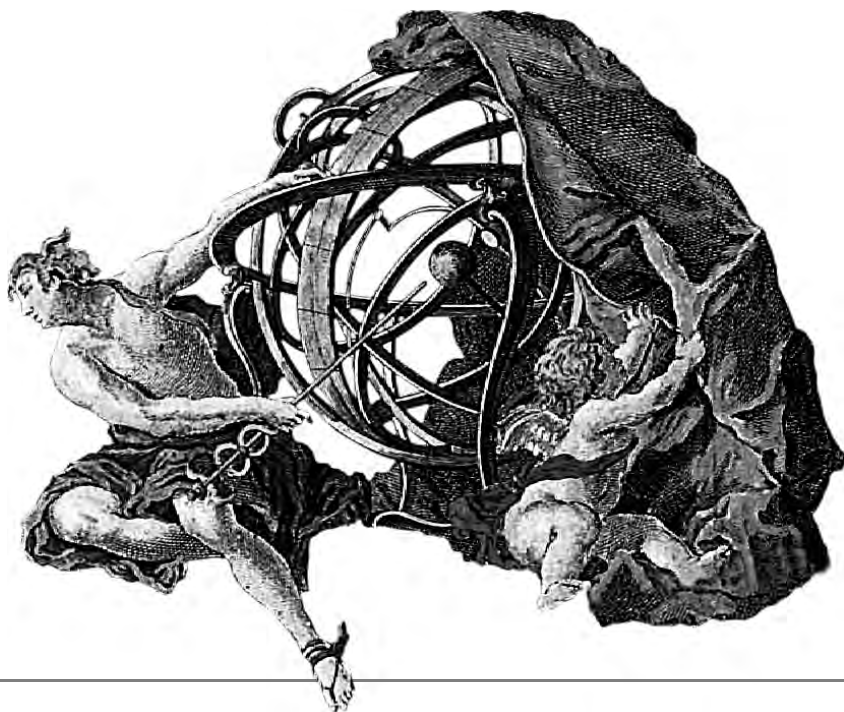


NDIHR – Documentos Ibéricos – Série: Transcrição. Correspondências.

*Coletânea de Documentos Raros
do Período Colonial (1727-1746)*

VOLUME I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



Reitor
Paulo Speller

Vice-Reitor
Elias Alves de Andrade

Pró-Reitora Administrativa
Adriana Rigon Weska

Pró-Reitora de Planejamento
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa

Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Matilde Araki Crudo

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação
Marinêz Isaac Marques

Pró-Reitor de Pesquisa
Paulo Teixeira de Sousa Júnior

Pró-Reitora de Vivência Acadêmica e Social
Marilda Esteves Calhão Matsubara



CONSELHO EDITORIAL DA EDUFMT

Prof^ª Dr^ª Elizabeth Madureira Siqueira (Presidente)

Ms. Anna Maria R. F. Moreira da Costa
Dr. Antonio Carlos Maximo
Dr^ª Cássia Virgínia Coelho de Souza
Dr^ª Célia Maria Domingues da Rocha Reis
Ms. Gabriel Francisco de Mattos
Dr. Geraldo Lúcio Diniz
Dr^ª Jacqueline Fernandes de Cintra
Ms. Joaquim Eduardo Moura Nicácio
Dr^ª Leny Caselli Anzai
Dr^ª Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta
Dr^ª Maria Inês Pagliarini Cox

Dr^ª Mariza Inês da Silva Pinheiro
Ms. Nleide Souza Dourado
Dr^ª Onélia Carmem Rosseto
Dr. Paulo Augusto Mário Isaac
Dr^ª Sandra Cristina Moura Bonjour
Dr^ª Suíse Monteiro Leon Bordest
Dr^ª Telma Cenira Couto da Silva
Terêncio Francisco de Oliveira (Técnico-Administrativo)
Lauro Virgínio de Souza Portela (Acadêmico)
Geniana dos Santos (Acadêmica)

Organizadores:

Eliane Maria Oliveira Morgado

Nileide Souza Dourado

Otávio Canavarros

Vera Lúcia Duarte Macedo

*Coletânea de Documentos Raros
do Período Colonial (1727-1746)*

VOLUME I



Cuiabá-MT | 2007



Coordenadora	Elizabeth Madureira Siqueira	Editora	Maria Teresa Carrión Carracedo
Revisão	Maria Auxiliadora Silva Pereira	Produção Gráfica	Ricardo Miguel Carrión Carracedo
Colaboração Técnica	Alcione Rodrigues dos Reis Joacir de Souza	Design Gráfico	Helton Bastos
		Diagramação	Ronaldo Guarim Taques
		Foto Capa	Digital Vison

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coletânea de documentos raros do período colonial
(1727-1746) : volume I / Organizadores Eliane
Maria Oliveira Morgado...[et al.]. -- Cuiabá :
Entrelinhas : EdUFMT, 2007. -- (Série
transcrição : correspondência)

Outros organizadores: Nleide Souza Dourado,
Otávio Canavarros, Vera Lúcia Duarte Macedo

1. Manuscritos - Mato Grosso - Reprodução
2. Mato Grosso - História - Período colonial
I. Morgado, Eliane Maria Oliveira. II. Dourado,
Nleide Souza. III. Canavarros, Otávio.
IV. Macedo, Vera Lúcia Duarte. V. Série

ISBN 978-85-87226-62-4 (Entrelinhas)
ISBN 978-85-327-0234-0 (EdUFMT)

07-4314

CDD-981.72021

Índices para catálogo sistemático:

I. Documentos raros : Mato Grosso : História :
Período colonial : Coletâneas 981.72021



Rua 03, s/nº, 3º andar, Prédio do Iomat, C.P.A.
CEP: 78050-970 | Cuiabá/MT | Fone: (65) 3613 3500 | Fax: (65) 3613 3502
e-mail: fapemat@fapemat.mt.gov.br | home page: www.fapemat.mt.gov.br



Av. Fernando Corrêa da Costa, s/nº (Coxipó)
Cuiabá-MT, CEP: 78090-000
Fone: (65) 3616 8322 | Fax: (65) 3615 8325



NDIHR, Bloco Fameve (antigo CCA), Sala 55, Cidade Universitária,
CEP: 78060-900 | Cuiabá-MT | Fones: (65) 3615 8473 | 3615 8494
e-mail: ndihr@ufmt.br | www.ufmt.br/ndihr



Av. Senador Metello, 3773, Jardim Cuiabá
CEP: 78030-005 | Cuiabá-MT | Telefax: (65) 3624 5294 | 3624 8711
e-mail: editoresassociados@carrionecarracedo.com.br | www.carrionecarracedo.com.br



ARCTIC

POLE ARCTIQUE

TERRES ARCTIQUES

DECOUVERTES

AMERICA

NOUVEAU FRANGE

SEPTENTRION

BOURS

OSTENT

GRANDE MER DU SUD

Tropique du Cancer

GRANDE MER DU SUD

EQUATEUR ou DIGNE EQUINOCTIALE

Ligne de la Passion découverte en 1791.

L. del Galles

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para esta publicação – *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)* agradecemos profundamente pela oportunidade e confiança, apoio e incentivo financeiro, entusiasmo, estímulo e colaboração recebidas pelas instituições, profissionais e amigos.

Esta edição de fontes não teria sido possível sem a colaboração de todos que nos auxiliaram e ou nos têm auxiliado:

- Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT;
- Fundação de Amparo a Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT;
- Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR;
- Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS;
- Departamento de História – UFMT;
- Editora Universitária – EdUFMT;
- Biblioteca Nacional – BN;
- Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ;
- Editora Entrelinhas.

MAPPE MONDE NOUVELLE

Dediee

A Monseigneur le Comte de Maurepas Ministre
et Secretaire d'Etat.

Par son tres humble et tres Obeissant Serviteur
le ROUGE, Ingenieur Geographe du Roi.

A PARIS.

Rue des Augustins vis a vis le panier
Fleuris.

1744.



APRESENTAÇÃO

Conciliando o fértil e promissor momento em que vive a produção do conhecimento na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR e o Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas Sociais – ICHS, oferecem a sociedade mato-grossense, especialmente, para o meio acadêmico, um importante e valioso instrumento científico de pesquisa estruturado e condensado na presente obra, intitulada *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial – 1727 a 1746*.

Este estudo é fruto de um esforço coletivo dos profissionais do NDIHR, em especial, das historiadoras, especialista Eliane M. Oliveira Morgado, Mestra, Nildeide Souza Dourado e a Especialista em Assuntos Educacionais, formação em Letras, Vera Lucia Duarte Macedo e o Professor Doutor Otávio Canavarros do Departamento de História da UFMT, que contou com o suporte técnico de Alcione Rodrigues dos Reis e Joacir de Souza do NDIHR.

O trabalho minucioso, hábil e paciente de Otávio Canavarros, merece reconhecimento que, ao longo de 14 anos, procedeu, em etapas não contínuas, a difícil e desafiante leitura de documentos relativos ao período de 1727 a 1746, produzidos na Administração Pública Portuguesa na América, cujo teor, além de esclarecer inúmeros aspectos da economia, da política, da administração e do cotidiano das mais distantes terras ocidentais da colônia, ainda abre a perspectiva de novos olhares interpretativos sobre a história regional.

A obra, pela diversidade e qualidade das informações dos documentos pesquisados e transcritos, constitui-se em referencial para subsidiar a pesquisa nos diversos campos do conhecimento, especialmente na área das ciências sociais, destacando-se os campos da História, da Sociologia, da Ciência Política, da Geografia e na área da Lingüística, entre outras.

Nesta perspectiva, o estudo assume uma importância significativa na construção do conhecimento científico produzido no âmbito dos Programas de Pós-graduação, particularmente no estado de Mato Grosso, dinamizando e acelerando o processo de busca e análise dos dados e informações relativos ao período de abrangência da coletânea.

Ressalta-se, com a publicação desta coletânea, a importância do papel desempenhado pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, que, no ano em que comemora 32 anos de sua implantação, demonstra, mais uma vez, eficácia no cumprimento de suas funções institucionais voltadas para a revitalização e preservação da memória histórica regional e garantia de acesso do público demandante a seus dados, informações e estudos.

Neste processo, o NDIHR tem se dedicado em seu contato com os documentos, buscar os vestígios e testemunhos do passado humano, sua cultura material, com isso, procura manter diálogo permanente com os pesquisadores, ofertando-lhes um leque de opções para o desenvolvimento de novas pesquisas, aceitando os desafios da História.

Prof.^a Doutora, Tereza Cristina Cardoso Higa
Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS/UFMT



90

Pôle

ARCTIQUE

TERRES ARCTIQUES

GLACIALE

AMÉRIQUE

GRANDE

INDIENNE

BRÉSIL

INDES

PENINSULE

INDIENNE

CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

INDO-CHINE

Tropique du Cancer

MERS DU SUD

EQUATEUR

PREFÁCIO

Defrontar com o passado longínquo – a antiga capitania de São Paulo -, que iniciava no litoral de São Vicente e se estendia até a parte mais dilatada e interiorana do extremo Oeste (Minas do Cuiabá) – eis o desafio proposto pela presente Coletânea que enfeixa uma pluralidade de dados parcialmente inexplorados pela historiografia regional, oferecendo aos pesquisadores uma gama extensa de vertentes interpretativas propiciadas pelas informações contidas no rico conjunto de documentos:

- Conhecer, na correspondência trocada entre a Coroa Portuguesa e os administradores coloniais, o modelo organizacional proposto para a Colônia Brasil e as dificuldades de relacionamento e convívio com um corpo legislativo bastante extenso e, até certo ponto, confuso e contraditório;
- Compreender de que forma parte dessa legislação, especialmente a chamada “extravagante”, foi modificada em função da problemática apresentada pelos administradores e que adaptações ela sofreu para dar conta de solucionar as questões, adequando-se à realidade colonial.

Desvendar os sentimentos que os dirigentes lusitanos e demais personagens coloniais vivenciavam durante os oitocentos, como:

- o temor com relação ao total desconhecimento das terras do Oeste que, certamente, pelo Tratado de Tordesilhas, não pertenceriam à Coroa portuguesa, mas sim à espanhola;
- o medo de não conseguir manter os representantes da Coroa nessa fatia da Colônia, em litígio, consignando um vácuo de poder;
- igual temor de transferir essa administração para as mãos dos colonos que

poderiam se insurgir contra o mando português, tornando-se independente;

- a desconfiança dos próprios colonos paulistas que, mesmo administrando esse território, poderiam proporcionar desvios dos quintos devidos ao rei, fazendo olhos grossos para possíveis transgressões;
- o temor de motins e revoltas entre os colonizados frente às precárias situações da região e aos extorsivos impostos;
- o temor em dividir as terras coloniais e mexer no poderio dos paulistas, visto eles mantinham uma capitania muito extensa, que ia do Oceano Atlântico (São Vicente) ao extremo Oeste (Minas do Cuiabá);
- o medo com relação à população nativa, ágrafa e algumas com fama de extremamente violenta e até antropofágica, cujo conhecimento a Coroa era informada através dos relatos dos paulistas;

Estas e muitas outras apreensões povoaram o imaginário dos mandatários lusitanos e, da mesma forma, podiam ser constatadas do lado paulista:

- estaria a Coroa lusitana disposta a aceitar suas movimentações pelo território colonial? Até quando essa permissão seria concedida? Que habilidades eles deveriam obter para garantir suas idas e vindas ao extremo Sul e Oeste?
- que atitudes os governantes da capitania de São Paulo tomariam com relação aos grupos de poder formados no interior da sociedade paulista?
- como seria sua convivência com a população nativa, de forma a aliciá-la para contribuir nas movimentações e futuras conquistas?
- que mecanismos deveriam utilizar para garantir sua permanência e de seus patrícios na administração das terras do extremo Oeste?
- de que forma poderiam garantir os quintos da Coroa portuguesa mantendo os lucros que as bandeiras mantiveram durante suas movimentações?
- de que forma ocorreria o inevitável confronto das bandeiras paulistas com os colonos espanhóis, vizinhos de fronteira? Quais seriam as providências tomadas pela Coroa no momento do confronto?
- a Capitania de São Paulo, frente às conquistas em terras oestinas, correria o risco de ser desmembradas, especialmente nas partes onde foram encontradas jazidas auríferas?

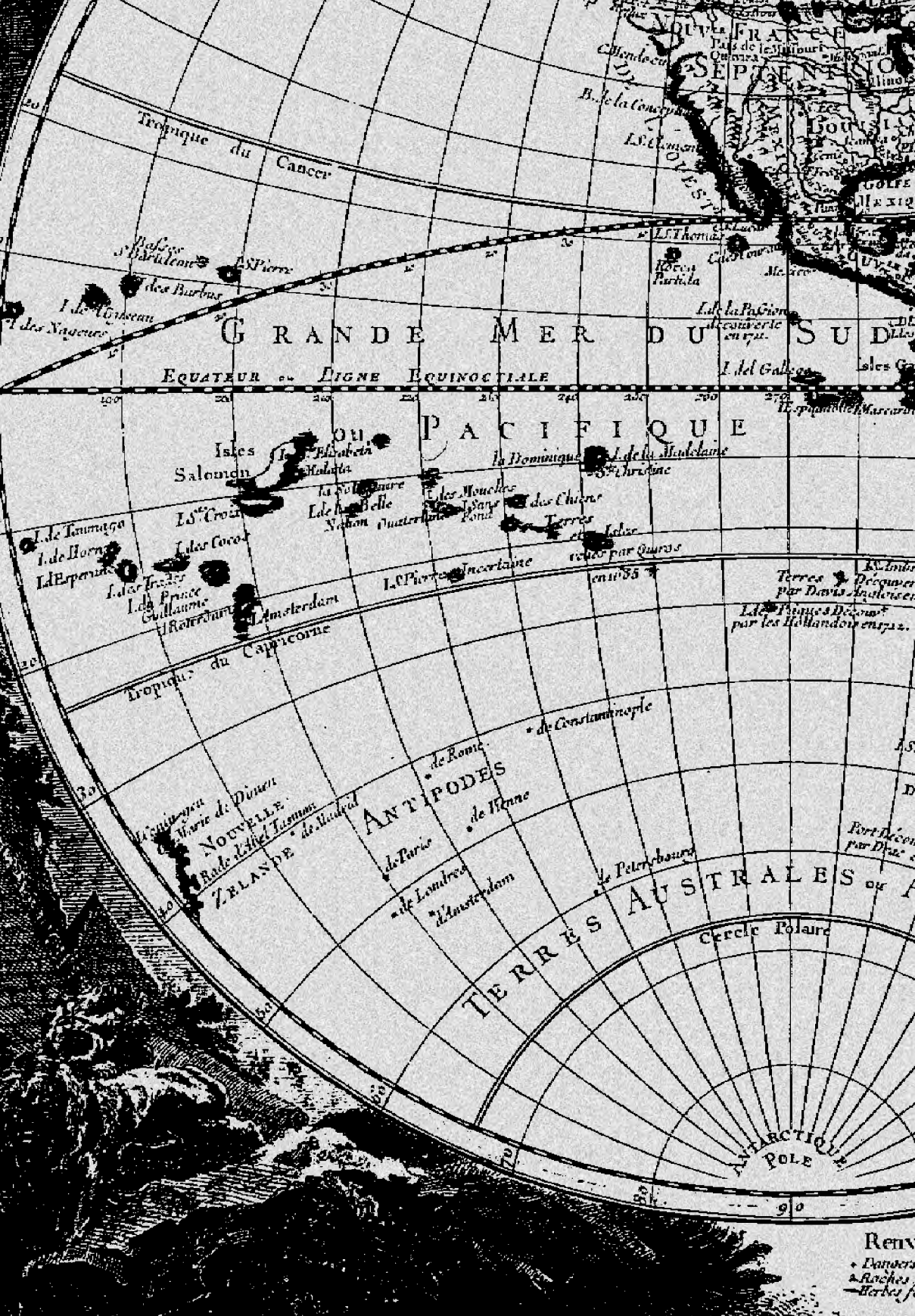
São dignos de aplauso os esforços da equipe de pesquisadores do NDIHR, em especial o empenho do Prof. Dr. Otávio Canavarros que, durante anos, empenhou-se na leitura e transcrição paciente de vasta coleção de documentos coloniais.

Porém, mais dignificante e digno de louvor, é o significado da presente publicação, que oferece a um público mais ampliado o resultado de tantos anos de

trabalho, democratizando um significativo conjunto de documentos transcritos na íntegra e que foram produzidos durante o período que Mato Grosso pertencia à Capitania de São Paulo (1719-1747). Será a partir da leitura atenta dessas fontes que surgirão novos temas e renovadas abordagens sobre os contextos paulista e mato-grossense colonial.

Parabenizamos os organizadores da Coletânea através da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, em especial ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, e também à Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso - FAPEMAT que, acreditando nas suas potencialidades desse tipo de publicação para o avanço da produção científica, colaborou para tornar possível a presente publicação.

Elizabeth Madureira Siqueira



GRANDE MER DU SUD

EQUATEUR ou LIGNE EQUINOCTIALE

PACIFIQUE

Tropique du Capricorne

ANTIPODES

TERRES AUSTRALES ou

Cercle Polaire

POLE

Tropique du Cancer

des Barbues

Ile de l'Inconnu
Iles des Nageuses

Iles Salomon

Ile de Timor
Ile de Honou
Ile d'Espérance

Iles de la France
Guillaume
Rotterdam

NOUVELLE
ZELANDE

de D'Amsterdam
de Madrid
de D'Amsterdam

Ile de la Piété Incertaine

de Rome
de Venise
de Paris
de Londres
d'Amsterdam

de Pétersbourg

Terres découvertes par les Hollandois en 1722

de Constantinople

Fort de Con

Ile de la Passion
Ile del Galles
Iles de la Malaisie
Ile de la Chine
Ile de la Nouvelle

Iles de la Chine
Ile de la Nouvelle

Iles de la Malaisie

Ile de la Chine

Ile de la Nouvelle

Ile de la Malaisie

Ile de la Chine

Ile de la Nouvelle

Ile de la Malaisie

Ile de la Chine

Ile de la Nouvelle

Renv

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

Dans

Barbes

Roques

PALAVRAS INICIAIS: O HISTÓRICO

Esta *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)* é, em primeiro lugar, uma devolução. Devolução à UFMT, ao NDIHR e a sua comunidade acadêmica, de parte de seu acervo, patrimônio cultural de todos nós, agora processado e editado, neste instrumento de pesquisas. Explico-me melhor.

Há mais de 26 anos, lá pelos princípios do ano de 1980, dois ainda jovens historiadores, eu e a professora Elizabeth Madureira Siqueira, apresentávamos à Coordenação de Pós-Graduação (CPG/SPG/UFMT), então dirigida pelo professor Nelson Zanata, um projeto de pesquisa visando realizar a transcrição parcial de conteúdos de mensagens coloniais recém-arroladas pela saudosa Maria Cecília Guerreiro de Sousa no seu *Inventário de Documentos Históricos sobre o Centro-Oeste, Coleção Documentos Ibéricos*. Transcreveríamos aqueles, por nós avaliados mais interessantes, referentes à Cuyabá, entre 1719 (ou anteriores) e 1735. Era esse o nosso recorte temporal. Como o projeto tinha objetivos pedagógicos, pois visava o aproveitamento didático do material em sala de aula, procuramos fazer uma leitura seletiva dos fotogramas, nos suportes das microfichas. A mim caberia, na nossa divisão interna de trabalho, a transcrição do período a partir de 1727 até 1735. Para a Beth coube a documentação do período anterior.

Com essa idéia na cabeça, metemos mãos à obra e enfrentamos a paleografia. Quanta dificuldade nas primeiras leituras! Houve uma vez, deparando-me com o aranzel em garranchos excepcionais de um documento longo e prolixo, demorei quase uma semana de trabalho na empreitada, mas felizmente contava ao lado, na Microfilmoteca do NDIHR, com a assistência paciente da Nyl-Iza Valadão, da Ana Mesquita Paiva e, vez por outra, da própria Maria Cecília, que liam aqueles hieróglifos como se fossem escritas contemporâneas. Eram aulas práticas de lei-

tura setecentista, auxiliando-nos a compreender o manualzinho que elas fizeram *ad hoc* aos iniciantes em paleografia. Bons tempos conheceu esse NDIHR da Therezinha de Jesus Arruda, onde reuniam-se talentos primorosos e multidisciplinares da UFMT e visitantes. As discussões sucediam-se. Lá se encontravam amiudadamente, entre outros, João Mariano, Júlio Delamônica e Maria de Lourdes, Ana Maria e Antônio de Moraes, Neuza Bini Rosa e Haydé Pimentel, além dos ocasionais permanentes...

Após esse registro do bom clima de trabalho, apesar da ditadura, já anacrônica, mas ainda em vigor, voltemos ao histórico da produção dos nossos textos. Trabalhávamos na velha leitora de microfichas Bell & Howell SR III, transcrevendo, em geral, um documento por dia de leitura morosa e com extremo rigor, a qual se encontra toda registrada em numerosos e volumosos cadernos manuscritos para evitar possíveis perdas ou dispersão, caso optássemos por outro suporte. Esses detalhes são importantes para o profissional de arquivos. Quanto aos conteúdos, nosso olhar estava treinado para a época mercantilista, quer dizer, a questão da riqueza, do poder político e das relações de hierarquias e *status*, ou estamentos, com seus valores de honra, qualidades e linhagens. Estávamos no Antigo Regime, esta noção era básica.

Trabalhamos diariamente na Microfilmoteca durante ano e meio. Não chegamos a concluir o projeto, mas o deixamos bem avançado. Saí da Universidade em agosto de 1981 fazendo um relatório de pesquisa à CPG, permanecendo, porém, com o material transcrito para prosseguir algum dia a empreitada e usá-la, prioritariamente, como inéditos, numa futura tese de doutorado. Vida que segue, fui trabalhar no Arquivo Público de Mato Grosso, contratado pela Secretaria de Estado da Administração para desenvolver o projeto de minha autoria *Fontes Documentais de Mato Grosso*, do qual resultou o primeiro *Guia Geral do Arquivo Público de Mato Grosso*, de 1984, também da minha responsabilidade.

Em 1986, quando terminava o arranjo do arquivo da Cúria Metropolitana para o SPHAN, fui contratado novamente pelo NDIHR para desenvolver projeto de avaliação das condições materiais e técnicas dos arquivos públicos de Cuiabá, ocasião na qual completei as transcrições até 1735 e pude avançar até os primeiros anos da década de 1740, já em projeto pessoal com visada de tese. Em 1987, ao término do contrato, tinha em mãos uma massa documental transcrita e inédita, de aproximadamente 225 documentos ibéricos integrais, avulsos selecionados, muitos dos quais são partes de unidades maiores, excluídos os fragmentados, relacionados tanto pelo *Inventário* do NDIHR (microfichas 01 a 42, cerca de 60% do total), como pelo relacionado ao *Inventário* do IHGB, mais precisamente da Revista do IHGB de 1956, vols. II e III (microfichas 09 a 32 do acervo da nossa Microfilmoteca, cerca de 40%). Esse formidável conjunto documental de *avulsos* que agora disponibilizamos ao público interessado, pode ser, grosso modo, dividido em três tipos arquivísticos, sub-divididos em séries diplo-

máticas, aqueles classificados em: correspondências (cartas, mensagens, nestes volumes publicados); notariado (certidões, treslados, notas) e legislação (ordens, pareceres, bandos, leis, etc.). Esses documentos oficiais, procedentes de Cuiabá, São Paulo e Lisboa, mesmo os produzidos por particulares, como as representações dos súditos ao soberano, são todos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), originários na maioria do Conselho Ultramarino do Reino, por onde tramitavam os processos ou, ainda, o lugar de sua produção. São papéis da Monarquia e para uso da Monarquia, portanto, como era o comum nos registros, principalmente administrativos, do período. O estado e a sociedade liberais ainda estavam em formação e com eles a clara distinção e distanciamento entre as coisas públicas e privadas. O Bem Comum motivava a república, quer dizer, a todos, súditos, senhorios e soberanos.

Quando realizava meu doutorado na USP, voltei ao acervo do NDIHR, ao AHU, em 1994, para realizar algumas buscas específicas e para complementar a transcrição dessa documentação de avulsos, ocasião na qual li e transcrevi microformas até 1746, formando um verdadeiro *corpus diplomático* de natureza político-administrativa, somado àqueles outros, aos quais faço referências nas Fontes do meu livro. Aliás, tenho a registrar que não houve apenas uma operação dedutiva na seleção dos documentos, como também, igualmente, a sua leitura, transcrição (manual e datilográfica), classificação (geográfica e cronológica) e manuseio constante propiciaram, indutivamente, a formação de idéias que se transformaram em hipóteses de trabalho, principalmente aquelas relacionadas aos aspectos geopolíticos da Região, assim como, da inversão política das prioridades metropolitanas, além de apontar, a cada passo, a presença régia no cotidiano da longínqua, mas não negligenciada, vila do Extremo Oeste do Estado do Brasil.

Finalizando, gostaria de realçar um pequeno número de documentos, não mais de três, destacados às páginas 374/375 do meu *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*, Cuiabá: EdUFMT, 1994. Ei-los:

1º. *Mapa dos regimentos, petrechos, munições, e embarcações que forão na espidição contra os Payaguazes*. (Mf. 29, doc. 1093, 3ª fila, 3º doc., anexo 2, anno de 1733). É a composição de cada um dos três regimentos que integraram a armada. Cada regimento tinha 448 soldados, mais os oficiais. Um deles, o do coronel Antônio Pires de Campos, foi completado em Cuiabá.

2º. Carta-relatório do Ouvidor de Cuiabá expondo ao Soberano o conteúdo das atas de seis Juntas realizadas em Cuiabá (Mf. 14, doc. 176, de 07/X/1736, Cuiabá). Foram objetos principais de discussão: a conservação dos engenhos de aguardentes em Cuiabá e a sua proibição no Mato Grosso (Guaporé); a questão da imediata abertura do caminho por terra de Cuiabá para Goiás; a possibilidade de realizar-se comércio com os Guaykuru (gado) e a necessidade de se construir duas embarcações de porte (galeotas) para comboiar as monções, devido

ao prosseguimento das hostilidades com os Payaguá; a conveniência de deixar a guerra contra os Kayapó aos sertanistas de Goiás, em vista da falta de recursos dos mineiros de Cuiabá.

3º. Documento de real importância encontrado nas microfichas do NDIHR que na verdade são dois, pois se trata de uma carta do Ouvidor de Cuiabá que inclui petição de 20 comerciantes da Vila ao Rei. Esta é no sentido de se construir algumas feitorias artilhadas no Rio Paraguai *para com este meyo tentarem abrir comercio com os castelhanos do Reyno do Peru, e Província do Paraguay, e com varias nações de índios...* (Mf. 34, doc. 276, 20/IX/1740, Cuiabá). Nesse documento incluíam-se, ainda, o pedido de fundação de uma Casa de Misericórdia em Cuiabá *para hospitalidade dos enfermos pobres* e de missionários para redução dos índios.

Por isso tudo, caro leitor, ao receberes esta *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, da série correspondências, saiba que aqui nestes volumes estão, pelo menos, três anos de fainas, entre leituras e transcrições manuais e datilográficas (operação 1, pela qual me responsabilizo integralmente) e mais seis meses de classificação e organização dos papéis para a edição (operação 2, da equipe técnica do NDIHR).

Ainda em tempo, obrigado à UFMT, ao NDIHR, pelo apoio, pela confiança, pelo incentivo à pesquisa. Obrigado à FAPEMAT, pelos mesmos motivos. Obrigado aos leitores/pesquisadores destes quatro volumes, pois uma obra impressa só se realiza quando lida e consultada!

Otávio Canavarros
Prof. Associado – I / Departamento de História/ICHS/UFMT

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
LISTA DE ABREVIATURAS	36
CARTA (1727-1734)	39
Capitão General Rodrigo Cezar de Menezes Governador da Capitania de São Paulo (1727)	41
Capitão General Rodrigo Cezar de Menezes Governador da Capitania de São Paulo (1728)	42
Dez. Ouv. ^r Francisco Galvão da Fonseca Dez.Ouv. ^r de S. Paulo(1728)	47
Bel. Antonio Alves Lanhas Peixoto Superintendente das Minas (1728)	48
Capitão General Rodrigo Cezar de Menezes Governador da Capitania de São Paulo (1728)	49
Thimoteo Correa de Góes Mestre de Fundação (1729)	53
Capitão General Ant ^o da Sylv ^a Caldr. ^a Pimentel Governador da Capitania de São Paulo (1729)	54
Gervasio Leite Rebello Secretr ^o do Governo (1729)	56
Gervasio Leite Rebello Secretr ^o do Governo (1729)	57
Joseph de Burgos V. ^a Lobos Ov. ^{or} G. ^l das Minas de Cuyabá (1729)	59

Francisco Galvão da Fonseca	
Ouv. ^{or} (1730)	60
Francisco Galvão da Fonseca	
Dez. da Re. ^{cam} do Porto (1730)	62
Joseph de Burgos V.a Lobos	
Ov. ^{or} das Minas de Cuyabá (1730)	63
Rodrigo Cezar de Menezes	
Ex Governador da Capitania de São Paulo (1730)	65
Anto da Sylva Caldr. ^a Pimentel	
Governador da Capitania de São Paulo (1730)	69
Joseph de Burgos V. ^a Lobos	
Ov. ^{or} G. ¹ das Minas de Cuyabá (1731)	71
Joseph de Burgos V. ^a Lobos	
Ov. ^{or} G. ¹ das Minas de Cuyabá (1731)	72
Joseph de Burgos V. ^a Lobos	
Ov. ^{or} G. ¹ das Minas de Cuyabá (1731)	73
Joseph de Burgos V. ^a Lobos	
Ov. ^{or} G. ¹ das Minas de Cuyabá (1731)	74
Joseph de Burgos V. ^a Lobos	
Ov. ^{or} G. ¹ das Minas de Cuyabá (1731)	75
Ant ^o da Sylva Caldr. ^a Pimentel	
Governador da Capitania de São Paulo (1731)	76
M. Thimoteo Correa de Góes	
Mestre de Fundação (1731)	77
Thomé Frra. De Moraes Sarment. ^o	
Superintendente da Real Fazenda (1731)	78
Rodrigo Cezar de Menezes	
Ex Governador da Capitania de São Paulo (1732)	80
Rodrigo Cezar de Menezes	
Ex Governador da Capitania de São Paulo (1732)	82
Conde de Sarzedas Antonio Luis de Távora	
Governador da Capitania de São Paulo (1732)	84
Manuel Caetano Lopes de Lavre	
Secretário do Governo (1732)	85
Rodrigo Cezar de Menezes	
Ex Governador da Capitania de São Paulo (1732)	87
Gervasio Leite Rebello	
Secretro do Governo (1732)	89
Joseph de Burgos V. ^a Lobos	
Ov. ^{or} G. ¹ das Minas de Cuyabá (1732)	90
Joseph de Burgos V. ^a Lobos	

Ov. ^{or} G. ^l das Minas de Cuyabá (1732)	91
Conde de Sarzedas Antonio Luis de Távora	
Governador da Capitania de São Paulo (1732)	92
Conde de Sarzedas Antonio Luis de Távora	
Governador da Capitania de São Paulo (1732)	93
Conde de Sarzedas Antonio Luis de Távora	
Governador da Capitania de São Paulo (1732)	94
Conde de Sarzedas Antonio Luis de Távora	
Governador da Capitania de São Paulo (1732)	95
Conde de Sarzedas Antonio Luis de Távora	
Governador da Capitania de São Paulo (1732)	96
Conde de Sarzedas Antonio Luis de Távora	
Governador da Capitania de São Paulo (1732)	97
Joseph de Burgos V. ^a Lobos	
Ov. ^{or} G. ^l das Minas de Cuyabá (1733)	98
Ant ^o Frn. ^{co} Lustosa	
Ov. ^{or} Geral (1733)	100
Francisco Galvão da Fonseca	
Dez. Ouv. ^{or} (1733)	101
Conde de Sarzedas Antonio Luis de Távora	
Governador da Capitania de São Paulo (1733)	102
Não identificado	
Doc. Incompleto (s/d)	103
Conde de Sarzedas Antonio Luis de Távora	
Governador da Capitania de São Paulo (1734)	104
GLOSSÁRIO	107
REFERÊNCIAS.	111
ÍNDICE REMISSIVO	115
ÍNDICE CRONOLÓGICO	119



LE MONDE TERRESTRE

est de trois sortes

POLAIRE, NOUVEAU, ANCIEN,

le Monde Polaire Consiste en **TERRES ARCTIQUES**

et **ANTARCTIQUES**, le Nouveau Monde est **L'AMERIQUE**,

le Monde Comprend trois Grandes Parties **L'EUROPE, L'ASIE, et L'AFRIQUE**

les Terres Arctiques Sont.

les Terres Antarctiques Sont.

la Groenlande; l'Islande.

la Nou.^e Guinée; les I.^{es} de Salomon; la Nou.^e Zélande.

INTRODUÇÃO

Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727 – 1746)

Esta edição de fontes incorpora uma coleção de documentos raros e preciosos produzidos pela administração pública lusitana na América portuguesa em especial sobre o extremo Oeste, região mais ocidental do Brasil, compreendida pela Capitania Geral de Cuiabá e a de Mato Grosso, de limites mal definidos à época.

Objetivamos evidenciar neste trabalho a potencialidade dessas correspondências para a elucidação e estudo de questões e temas da historiografia mato-grossense e do Brasil na primeira metade do século XVIII.

Através da Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746), oferecemos à comunidade científica mato-grossense a transcrição, na íntegra, de fontes documentais, matéria - prima dos pesquisadores. A equipe ensaja oportunizar avanços no campo da investigação a partir do amplo repertório de fontes variadas.

É importante ressaltar que o uso dos documentos, também tem uma história, uma vez que alguns impõem olhares para o documento como verdade, outros percebem como testemunhos neutros do tempo passado, existindo, ainda, aqueles que fazem leituras do documento, desconstroem seus discursos e analisam seus vieses.

Portanto, a concepção histórica do documento vem auxiliando os estudiosos a compreendê-lo como resultado do esforço das sociedades, permitindo impor de forma indireta, uma determinada imagem de si próprio e da sociedade em que atua. O documento é produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que envolve a sociedade da época. Nesse sentido, é preciso ir mais longe à sua compreensão, pois o *documento* acaba refletindo uma realidade, ele não “é” a realidade em si, mas sim um discurso construído sobre a mesma.

Desta forma, não fica dúvida que o documento resulta em um tipo de suporte que transporta informações úteis para a produção do conhecimento. Contudo, é relevante evidenciar sua importância, sobretudo, enquanto fonte de pesquisa. No entanto, faz-se necessário destacar, algumas definições/entendimentos sobre *documento*:

O termo latino *documentum*, que derivado de *docere* ‘ensinar’ evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo [...]

e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX[...] o documento é uma coisa que fica que dura, é o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmestificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento (Le Goff, 1992, p.536 -547).

De acordo com a historiografia, a noção que se tem de *documento*, bem como suas abordagens e tratamentos, que fundamentam a sua utilização têm sofrido inúmeras transformações, tanto que o historiador, Jacques Le Goff (1992, p. 540) adverte: *Há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira*. E, diz mais o autor, importa saber o não isolamento do documento do conjunto de monumentos de que faz parte.

Nessa perspectiva, o *documento* obtém uma outra amplitude no trabalho do pesquisador, uma vez submetido à crítica radical, pois, lido e reapropriado de diversos modos e com diferentes fins, têm possibilitado o desvelamento de novas perspectivas na análise e compreensão de realidades sociais distintas.

De uma maneira geral, o documento deixa de ser percebido pelo pesquisador como uma matéria inerte que possibilita apenas reconstruir o que os homens fizeram ou disseram. Mas, sim, procurar trabalhá-lo, defini-lo no seu tecido documental, em sua relação com um conjunto documental maior — suas unidades, conjuntos, fundos, grupos, séries.

Aliás, é a partir dessa fase que o trabalho do pesquisador passa a ter significado e consistência, principalmente quando começam a se descortinar as relações existentes entre a produção da massa documental, gerada e acumulada no conjunto administrativo funcional das instituições e as várias funções que são reveladas e ao mesmo tempo, interligadas ao documento.

Heloisa Bellotto (2004, p. 35), autora de estudos sobre Arquivos permanentes e tratamento documental a partir da concepção arquivística, apresenta-nos uma conceituação clássica e genérica do *documento*:

É qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.

Sublinhou, com razão, a mesma autora, a enorme abrangência do que seja documento, revelando que ele percorre sua trajetória natural de vida, refletindo a dinâmica da administração, ou seja, a produção e tramitação administrativa,

até chegar à sua apropriação científica. Nesse movimento, desvela suas reais potencialidades, indicando a forma/função pela qual o documento foi criado e também determinando seu uso e destino de armazenamento futuro.

De todo modo, cabe ao profissional da ciência da informação/documentárias recolher, tratar, transferir e difundir as informações. Assim, o pesquisador saberá selecionar, interpretar, criticar e explicar uma determinada realidade social.

Por isso, os estudos da gênese documental têm possibilitado entendimentos sobre os documentos diplomáticos e tipológicos que possibilitam uma compreensão sobre o documento desde o seu nascedouro, o porquê e o como ele foi estruturado no momento de sua produção.

Nessa perspectiva, vale esclarecer que os documentos diplomáticos ocupam-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental ou notarial, se constituindo em documentos de natureza estritamente jurídica e que refletem no ato escrito, as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos. Desse modo, a tipologia documental enquanto ampliação da diplomática volta-se para a organicidade dos conjuntos documentais.

A *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)* é composta de 140 documentos que marcaram o desenvolvimento histórico mato-grossense e brasileiro na primeira metade do século XVIII.

Entre as espécies documentais produzidas pela administração metropolitana, no espaço colonial mato-grossense, as correspondências como *Carta*; *Despacho*; *Exposição de Motivos*; *Ordem de Serviço*; *Parecer*; *Petição*; *Relatório*; *Representação* e *Requerimento* etc., se constituíram nos instrumentos legais por onde Portugal procurou gerir seus negócios no Brasil, buscando a expansão das fronteiras políticas e da fé.

Tendo por base os estudos arquivísticos de Heloisa Belloto (2004, p. 93-103), buscou-se caracterizar algumas espécies documentais:

Carta	Forma de correspondência do alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função pública. Nas entidades privadas da área comercial, industrial, bancária, social etc., a carta é forma de correspondência largamente utilizada para transmitir informações, solicitar favores, fazer convites;
Despacho	Manifestação escrita de autoridade sobre assuntos de sua competência, submetidos a sua apreciação em autos ou papéis administrativos;
Exposição de Motivos	Documento em que ministros de Estado e dirigentes de órgãos diretamente subordinados ao presidente da República a ele se dirigirem, apresentando motivos que justificam a necessidade de medidas ou providências;

Ordem de Serviço	Determinação técnica ou expedida por escrito por autoridade e dirigida a responsáveis por serviços, tarefas ou obras, autorizando-as. Em alguns órgãos é confundida com papeleta, ou recebe, com alguma diferenciação de características, a denominação orientação de serviço ou determinação de serviço, sendo esta última reservada para as chefias subordinadas àquelas que emitem a ordem de serviço.
Parecer	Opinião técnica ou científica sobre um ato que serve de Base à tomada de decisão. O mesmo que consulta;
Petição	Instrumento pelo qual se solicita à autoridade pública, sem certeza legal ou sem segurança, quanto ao amparo legal do pedido;
Relatório	Exposição de ocorrências, fatos, despesas, transações ou de atividades realizadas por autoridade com finalidade de prestar conta de seus atos à autoridade superior;
Representação	Ofício ou manifesto assinado coletivamente por órgão colegiado, expondo ou solicitando algo a uma autoridade. Em geral não é assinado por todos e, sim, pelo diretor ou presidente do colegiado;
Requerimento	Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência. Embora a definição possa ser a mesma para os requerimentos antigos e os atuais, o discurso é um pouco diferente num e noutro caso.

Vale ressaltar que na investigação sobre as espécies documentais averiguou-se que as luso-brasileiras já se encontram em desuso atualmente, quando empregadas para a mesma espécie documental e outras se aplicam tanto ao uso pretérito quanto ao atual.

Assim, na leitura dessas correspondências, percebemos que a Coroa portuguesa procurou impor de maneira mais efetiva o controle, a ordem administrativa colonial através de instruções emanadas da distante Lisboa, por meio de diferentes peças documentais, estruturando uma extensa rede de poder, adotando diversos mecanismos de fiscalização e controles, capazes de facilitar a exploração econômica do território e de disciplinar os agentes sociais envolvidos no projeto colonizador.

Cabe ressaltar também que, a violência foi característica marcante da ordem político-social das minas, sejam em seus arraiais, povoamentos ou vilas, manifesta na política, na extorsão tributária, nas relações entre brancos, índios e negros, assim como na concessão de privilégios, sob a forma de propriedades ou cargos.

No que concerne à Justiça, percebemos que os embates do poder entre as autoridades eram mantidos por uma rede de ação bem ampla, podendo-se recorrer às autoridades superiores, desde as decisões de juízes ao ouvidor, governador, à Casa de Suplicação, ao Conselho Ultramarino, chegando até ao Desembargo do Paço.

Assim, efetivamos o convite à leitura cuidadosa e produtiva da *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)* e ao mesmo tempo, com o intuito de instigarmos a curiosidade dos leitores, selecionamos alguns documentos considerados simbólicos e luminosos que registraram em suas entrelinhas, aspectos relevantes, seja de um simples povoamento, minas, vila, vivência de pessoas até a sua chegada à distante Lisboa.

Portanto, trata-se de um mosaico temático que retrata aspectos históricos distintos dos setecentos dentre os quais podem ser destacados:

- À Administração Colonial;
- Povoamento e Infra-estrutura Administrativa na Vila;
- Capitães Gerais e as Representações da Coroa Portuguesa na Administração das Minas;
- Expedições Monçoeiras, Terrestres e Varadouros;
- Construção de Obras Públicas;
- Irregularidades e Usurpação de Poder nas Minas;
- Poder de Justiça e Ordenações;
- Cotidiano, Abandono, Despovoamento e Proibições;
- Índios: Dóceis e Malditos;
- Guerra de Conquista: Devassa Cultural;
- Doenças: Enfermos, Hospitalidade e Misericórdia;
- Explorações de Plantas com Finalidade de Medicamentos;
- Transportes e Comunicações;
- Defesa; Ensino e Evangelização;
- Fronteiras: Fortes e Domínios;
- Assimilação de Comunidades;
- Relações Comerciais;
- Propagação de Fé Suplica da Conversão e Redução dos Infieis no Sertão etc.
- A própria vida local, os usos, costumes e tradições se vêem refletidos nesta documentação.